

# TENDÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR: UMA ANÁLISE REGIONAL

ERICA KARNOPP<sup>1</sup>

## Resumo

Refletir sobre as tendências de desenvolvimento da agricultura familiar é o objetivo do presente artigo. Entendendo a complexidade da problemática agrícola, cuja importância transcende muito o nível regional, a análise aqui apresentada busca uma articulação entre os níveis global e regional. A ênfase principal está voltada à região do Vale do Rio Pardo, localizada no centro do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, que tem sua base econômica na produção e no beneficiamento do tabaco, processo no qual a agricultura familiar tem papel de destaque.

**Palavras-chave:** agricultura familiar, análise regional, tabaco.

**Trends of development of family farming: regional analysis**

## Abstract

The purpose of this article is to reflect on the trends of development of family farming. Understanding the complexities involved in agriculture, whose importance far transcends the regional level, the analysis presented here seeks an articulation between the global and regional levels. The main emphasis is focused on the region of Vale do Rio Pardo, located in the center of the State of Rio Grande

do Sul, Brazil, which has its economic base in the growing and processing of tobacco, a process in which family farming has an important role.

**Keywords:** family farming, regional analysis, tobacco.

**JEL:** Q1

## 1. Introdução

Em tempos de mudança, quando até mesmo em regiões rurais o futuro parece ser incerto, a análise em questão fundamenta-se principalmente na seguinte problemática: – qual é a importância da agricultura familiar e quais as chances para sua inserção no contexto da globalização? Como o trabalho deve ser desenvolvido e quais alianças devem ser firmadas? Como os agricultores familiares podem se integrar de forma produtiva no contexto do mercado? É possível desenvolver uma agricultura que utilize cada vez menos agrotóxicos? Como se apresentam as tendências de desenvolvimento no espaço agrário na região do Vale do Rio Pardo? A região apresenta potenciais para um desenvolvimento sustentável?

A busca crescente pelo desenvolvimento sustentável pode ser claramente evidenciada como uma característica da segunda metade do século XX. Com o objetivo de assegurar um desenvolvimento duradouro de condições e qualidade de vida é preciso encontrar respostas para os múltiplos desafios sociais e ambientais.

No caso da agricultura europeia e também nas tendências mundiais, percebe-se que a agricultura convencional ainda mantém o papel mais importante nas regiões rurais, mesmo que o sistema de produção orgânico tenha sido cada vez mais implantado e implementado nos últimos anos. Na Europa a paisagem cultural atualmente difundida baseia-se no princípio ecológico, ou seja, numa diversidade. Atualmente na Alemanha uma redescoberta de produtos regionais está acontecendo, tendo em vista oferecer novos impulsos à agricultura e permitir que as pessoas se identifiquem fortemente com sua própria região.

A continuidade do desenvolvimento de uma agricultura orgânica, portanto, será determinada pela

<sup>1</sup> Doutora em Geografia pela Universität Tübingen – Alemanha. Docente do Departamento de História e Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado da Universidade de Santa Cruz do Sul/UNISC E-Mail - erica@unisc.br

demanda dos consumidores, bem como pela política de marketing dos agricultores. Em relação a uma demanda ampliada as estimativas variam altamente. De acordo com cada produto, diferentes formas de desenvolvimento são esperadas. O método de cultivo convencional sobrecarrega o meio ambiente e usa em demasia os recursos naturais. Assim, o método de cultivo orgânico está mais próximo do modelo de uma produção duradoura de alimentos. Portanto, se tal mudança fosse realmente implantada no Brasil, os agricultores familiares deveriam ser amplamente subsidiados neste processo.

A atual agricultura orgânica não pode ser comparada com a agricultura tradicional do século XIX e XX. O cultivo orgânico se utiliza dos elementos naturais disponíveis nas propriedades e os combina com novas percepções. Assim concebe-se uma nova forma orientada e moderna de fazer agricultura em sintonia com a natureza.

## 2. A agricultura familiar no contexto mundial

As transformações promovidas no meio natural pelo meio técnico-científico, acentuadas ao longo do século XX, tornaram as ações humanas sobre o território cada vez mais marcantes, uma vez que a ciência e a tecnologia passaram a remodelá-lo, transformando e reconfigurando o espaço geográfico, visando atender aos interesses hegemônicos.<sup>2</sup>

Estas transformações representaram um incremento crescente de ciência, tecnologia e informação, o que significou, na prática, a incorporação de avanços no processo produtivo, como a mecanização, a incorporação de novas tecnologias, acelerando as transformações espaciais.

No meio rural, estas transformações significaram a introdução de diversos equipamentos, técnicas de manejo e cultivo, novos insumos

(adubos, sementes, fertilizantes), que praticamente padronizaram as formas de produção, desconsiderando as características locais e regionais, voltadas apenas à obtenção de alta produtividade, através de monoculturas, viabilizadas por um pacote tecnológico baseado na produção agroquímica, conhecido como Revolução Verde.

Atualmente verifica-se que o avanço deste modelo acontece através do uso da biotecnologia (organismos geneticamente modificados/transgênicos), caracterizando a chamada "Revolução Duplamente Verde"<sup>3</sup>. Este modelo de produção é contestado pelos seus impactos sobre os ecossistemas, uma vez que a relação estabelecida entre o meio natural e o homem acontece de maneira direta na agricultura. São vários os estudos que comprovam o desperdício, a poluição e a destruição dos recursos naturais utilizados para a produção agrícola, principalmente a água, o solo e a cobertura florestal.

Da mesma maneira deve-se lembrar de que a saúde humana - tanto de produtores rurais, que se expõem diretamente aos agroquímicos, quanto da população em geral, a qual consome produtos muitas vezes com resíduos tóxicos e alimentos com baixos teores nutricionais -, é colocada em risco em decorrência dos sistemas agrícolas utilizados.

Somente para exemplificar, segundo o Instituto Agrônomo de Campinas,<sup>4</sup> estima-se que a produção agrícola feita em um hectare no modelo convencional/moderno, acaba desperdiçando 25 toneladas de solo por ano. Isto significa uma perda anual de cerca de 1 bilhão de tone-

ladas de solo ou aproximadamente 1 cm da camada superficial do solo no país.

O padrão tecnológico da Revolução Verde mostra sua incompatibilidade com as características locais das diversas regiões do mundo, fato este que motivou a construção de uma nova concepção de agricultura em todo o mundo, visando um modelo de produção alternativo e sustentável, que respeite as características regionais da natureza, da cultura popular e da necessidade de autonomia e renda das famílias rurais.

Esta agricultura, que se pretende alternativa ao modelo dominante, procura valorizar os conhecimentos locais, as práticas e experiências dos agricultores, juntamente com as contribuições trazidas por técnicos e pela comunidade científica. Através do diálogo permanente entre estes agentes, será possível fomentar um sistema de produção aberto e flexível, que proporcione e contemple a diversidade social, cultural e ambiental das regiões, propondo um contraponto à homogeneização de saberes, técnicas e materiais, tão característicos da agricultura convencional/moderna.

## 3. A regionalização do Rio Grande do Sul

O Estado do Rio Grande do Sul, localizado na porção mais meridional do território brasileiro, apresenta diversas peculiaridades em relação aos demais entes da federação. Tal disparidade pode ser ilustrada, por exemplo, pela sua particular dinâmica econômica e pela eclética população que compõem a figura que se anuncia como sendo o *gaúcho* (Figura 1).

<sup>2</sup> SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993. P. 35 – 49.

<sup>3</sup> CAPORAL, Francisco Roberto, COSTABEBER, José Antônio. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável: Perspectivas de uma nova Extensão Rural*. In: ETGES, Virginia Elisabeta (Org.) *Desenvolvimento Rural: Potencialidades em questão*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

<sup>4</sup> Citado em BEZERRA, Maria do Carmo Lima, VEIGA, José Eli da (Coord.). *Agricultura Sustentável*. MMA, IBAMA, Consórcio Museu Emílio Goeldi. 2000. P.57.

**Figura 1 - Localização do Estado do Rio Grande do Sul.**



Fonte: Karnopp 2010

Estas diferenças encontram fundamentação tanto na peculiar história da colonização deste território, iniciada de fato somente a partir do final do século XVIII, como nas características físicas e naturais do mesmo.

A amplitude das paisagens do Estado foi retratada por diversos pesquisadores, entre os quais se podem destacar os estudos de Rambo (1942[1994]) e de Bernardes (1962[1997]). De uma forma geral, estes autores concordam com a possibilidade de apontar cinco grandes unidades morfológicas que delimitam áreas distintas do Rio Grande do Sul.

O estudo de Bernardes (1997) descreve detalhadamente a configuração das diferentes superfícies das áreas do Litoral, das Serras do Sudeste, da Depressão Central, da Campanha, do Planalto e da Encosta<sup>5</sup>. Estas unidades, assim agrupadas, representam tão somente uma tentativa de organização mais cartesiana da ampla gama de paisagens que ocorrem no Estado.

Os limites físicos das áreas descritas delimitam, ainda que grosso modo, as variadas formas de ocupação do solo. São justamente estas diferenças na forma em que o solo foi distribuído e apropriado que

condicionaram, em grande parte, os rumos da dinâmica econômica atual das regiões gaúchas. No entanto um espaço só pode ser plenamente compreendido a partir das suas dimensões sociais e históricas.

A posse lusa do território do Rio Grande do Sul ocorreu tardiamente em relação às regiões centrais da Colônia portuguesa na América. A Província de São Pedro, como era designada até o final do século XIX, não constituiu inicialmente uma área de interesse significativo para a exploração econômica por parte de Portugal. Assim, o processo de ocupação do território Rio-grandense, ilustrado no mapa em anexo, se estendeu ao longo de várias décadas.

Até meados do século XVIII, a maior riqueza local, por assim dizer, constituía-se do gado que se procriava livremente pelos campos naturais, após ter sido abandonado pelos missionários jesuítas<sup>6</sup>. No entanto, este gado que se disseminava facilmente pelos campos naturais da região apenas veio a ser explorado comercialmente sob a demanda das atividades centrais da Colônia Lusitana, não implicando *à priori* maiores alterações na minguada dinâmica da região (RAICHEL; GUTFREIND, 1996).

Passados quase 250 anos do início da ocupação Ibérica nas Américas, foi somente com o acirramento da disputa nas fronteiras vivas do Sul que os primeiros colonizadores portugueses se fixaram na região que hoje forma o Rio Grande do Sul. O momento da consolidação das fronteiras nacionais exigiu providências por parte do governo português. Bernardes (1997, p. 54) lembra que

durante muito tempo, o Rio Grande do Sul figurou de duas maneiras no cenário colonial: como uma zona de pastagens naturais no litoral e, no interior, como “um grande campo de preia, por onde vagavam as tribos de índios e as manadas de gado alçado”.

O marco oficial do início do povoamento gaúcho é geralmente atribuído ao ano de 1737, com a construção do Presídio Jesus, Maria e José às margens da Lagoa dos Patos. Este estabelecimento era um posto militar que foi construído justamente com a intenção de dar um caráter oficial à posse desta terra para os portugueses, sendo que posteriormente ali se originou a Vila que mais tarde iria se tornar a atual cidade portuária de Rio Grande.

Nesta fase da ocupação, a maior parte dos primeiros povoadores acabou se instalando nas terras localizadas entre as lagoas e o mar. O interior, a princípio, permaneceu basicamente como um local onde os bandeirantes buscavam bovinos e eqüinos. Cabe ressaltar, porém, que esses incipientes núcleos de povoamento próximos ao litoral eram ainda muito afastados uns dos outros.

O povoamento só foi difundido para o interior em maior escala quando foi destacada uma série de guarnições militares do presídio Jesus, Maria e José para se instalar em diferentes pontos do Estado. Estes grupos, que tinham por objetivo assegurar o domínio imperial sobre o território, acabaram dando origem a vários núcleos populacionais, entre os quais se destaca Rio Pardo. Além disso, a intensificação dos enfrentamentos entre portugueses e espanhóis ao longo da fronteira ins-

<sup>5</sup> O detalhamento completo das características morfológicas do solo gaúcho é descrito em Bernardes (1997, p. 18-32) e ao longo de praticamente toda a obra de Rambo (1994).

<sup>6</sup> Estes missionários cristãos, de origem espanhola, ocuparam a região noroeste do Estado catequizando a população autóctone durante todo o período de indefinição fronteiriça, que se estendeu até o século XIX. Acordos realizados entre autoridades dos países ibéricos concordaram para a evacuação da área por eles ocupada, sendo que nesta retirada uma grande parcela do gado por eles criado nestes empreendimentos foi abandonado na vasta extensão do pampa (QUEVEDO, 2000).

tável fez com que o povoamento se expandisse em direção à Campanha e às Serras do Sudeste, a fim de ocupar efetivamente o local. Algumas décadas depois, começaram a surgir as charqueadas, estimuladas novamente pela demanda das áreas centrais do Brasil. Estas representariam um novo impulso à multiplicação das estâncias, tendência que atingiu seu auge no início do século XIX.

Durante muito tempo, a pecuária foi a principal ocupação produtiva da província. Esta centralização da atividade econômica fez com que a ocupação ficasse restrita aos campos e as suas atividades típicas, uma vez que o caráter pastoril e escravocrata desta economia sobrepunha-se a uma maior inserção e desenvolvimento da agricultura nas atividades produtivas. A agricultura, conforme explica Bernardes (1997, p. 59) “era feita somente em caráter de subsistência e em escala diminuta”.

Os vazios demográficos que ainda persistiam, decorrentes dos latifúndios típicos daquela organização social que se estruturava, tornavam a área mais meridional da Colônia lusa um tanto vulnerável às reiteradas pretensões de expansão territorial hispânicas. Tal ameaça levou o Governo Imperial a adotar medidas migratórias para sanar o déficit populacional.

Em um primeiro momento, a Coroa passou a incentivar a vinda de colonos açorianos à Província, com os objetivos de aumentar a população, de promover a agricultura e de ocupar o território, em especial a zona das Missões (PESAVENTO, 1992, p. 22). Estes imigrantes, no entanto, acabaram se instalando principalmente em alguns pontos da Depressão Central e na área que veio a constituir o município de Porto Alegre.

A partir do século XIX, um novo ciclo povoador, inicialmente a cargo do Império e mais tarde promovido pelo governo da Província e por particulares, foi estabelecido, envolvendo em um primeiro momento imigrantes alemães, e mais tarde

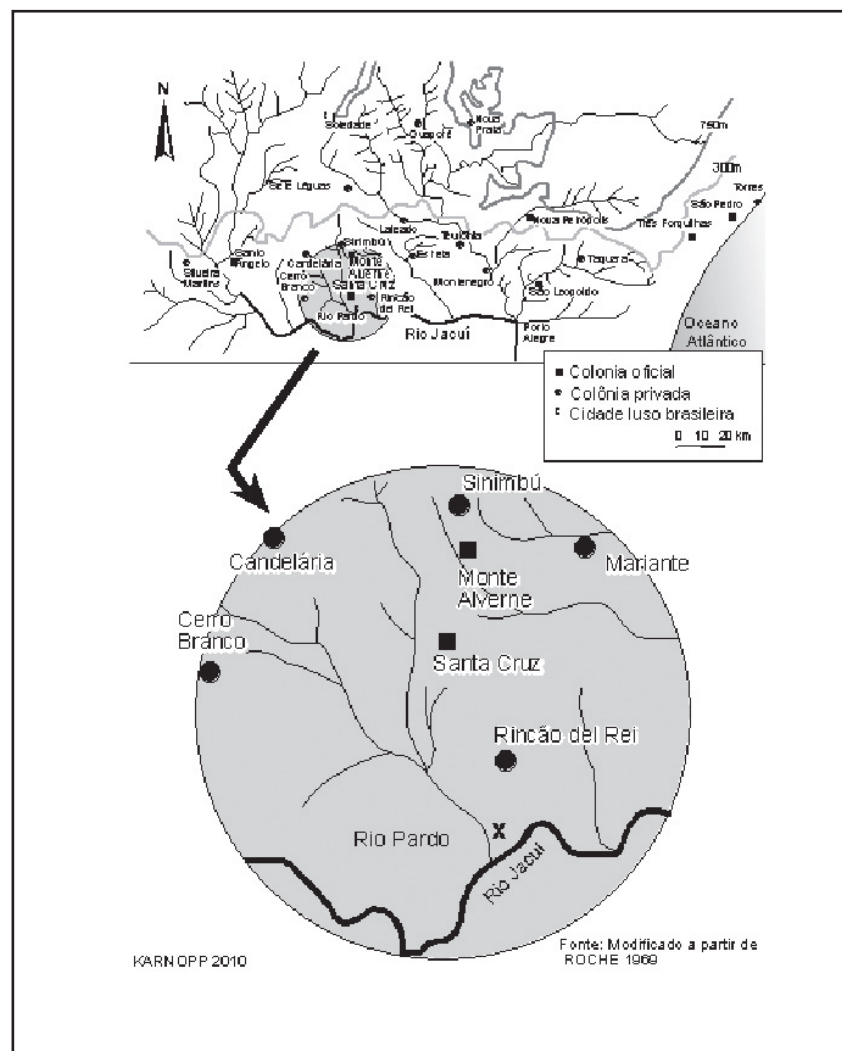
italianos e muitos outros indivíduos oriundos de diferentes lugares do continente europeu, que expulsava aqueles que não mais se enquadravam na nova ordem social que lá se consolidava.

A colônia de São Leopoldo, às margens do rio dos Sinos, inaugurou este processo em 1824. Esta logo prosperou por fornecer diversos gêneros agrícolas para a vizinha Porto Alegre, sorte contrária de outros dois núcleos fundados também na ocasião.

Após a criação das primeiras colônias oficiais, o processo de instalação de novos núcleos povoadores pelo Império permaneceu

estagnado por um longo período. Seu recomeço, em 1849, é marcado pela fundação da colônia de Santa Cruz, seguida pelo surgimento de outras. A ocupação das terras localizadas na região serrana da província coube aos imigrantes italianos, que começaram a desembarcar no Estado a partir de 1874. Este ciclo povoador caracterizou-se pela preponderância da agricultura familiar, além disso, oficialmente, não incorporou escravos - nesse caso proibidos pelo governo - e originou áreas mais densamente povoadas, justamente pelo fato de que as terras eram divididas, obrigatoriamente, em pequenos lotes. (Figura 2)

**Figura 2 - Colônia de Santa Cruz - 1874**



A ocupação do Estado, caracterizada pela composição de uma população multiétnica, se completou oficialmente em 1940, quando, segundo Bernardes (1997), não havia mais oficialmente terras devolutas no Rio Grande do Sul. Dois padrões distintos de ocupação foram então processados: um baseado nas atividades pecuárias extensivas, e outro constituído por pequenos agricultores. Enquanto a maior parte dos colonos que se instalaram nas matas procurou manter a proximidade e a união entre si, muitos estancieiros buscaram manter o isolamento de suas fazendas, concentrando a posse de imensidões de terras tão somente para que o gado de suas estâncias pudesse continuar pastando livre pelos campos.

Etges (2001) ressalta que, na primeira fase da ocupação efetiva do Rio Grande do Sul, foram as condições físicas ou naturais que praticamente determinaram o uso do território. A forma como essa apropriação se processou surte efeitos até a atualidade, e sem dúvida influenciaram - e influenciam - o desenvolvimento das diferentes regiões do Estado. Essas peculiaridades implicaram na constituição de territórios heterogêneos.

A quantidade de regionalizações criadas a partir de então pelo governo do Estado, pelo governo federal e pelas entidades civis é tão extensa e tão complexa, que Klarmann (1999, p. 52-53) chama a atenção para "a dificuldade na identificação e na delimitação de áreas específicas", sem falar no impedimento da "própria construção de uma identidade regional". Cabe lembrar que o conceito de região não apresenta uma definição consensual nem mesmo entre os geógrafos. Impregnado por ideologias, o mesmo mostra-se para os leigos como um termo comum, sendo uma presença constante nas articulações políticas dos mais diversos propósitos. Diversas acepções de região já foram teorizadas por uma extensa gama de pensa-

dores que abordaram a questão espacial e sua relevância, estando estes sempre conscientes de que o mundo nunca foi uma totalidade harmônica.

Diante do atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas, ou seja, com a queda da hegemonia fordista e a flexibilização cada vez mais acentuada do sistema produtivo que se intensificou no Brasil especialmente a partir da década de 1990, aliado ainda à intensificação da globalização, percebe-se que o regional e o global assumem novas lógicas de estruturação que levam a crer, ao menos de forma aparente, que as diferenças possam se acreditar anuladas. Na essência, porém, estas diferenças ressurgem sempre com mais força e vigor, ressaltando características peculiares das regiões.

No caso do Rio Grande do Sul, porém, tem-se atualmente um imenso mosaico de subdivisões regionais, que foram inicialmente criadas para viabilizar e facilitar a administração pública. O problema, nesse quadro complexo, é a incompatibilidade. De um lado, os órgãos públicos federais adotam certo tipo de regionalização. De outro, os órgãos públicos estaduais também criam as suas próprias regionalizações. E todas essas divisões não são compatíveis entre si e acabam impedindo que haja uma articulação mais eficaz entre os poderes públicos e também entre as entidades civis. Como exemplos desse emaranhado pode-se citar as regionalizações produzidas em âmbito estadual: as Coordenadorias Regionais de Educação, por exemplo, têm uma divisão; as Coordenadorias Regionais de Saúde, outra; e os escritórios regionais da Secretaria de Obras Públicas, uma terceira, e assim sucessivamente. Trata-se, contudo, de "delimitações territoriais", e não propriamente de regionalizações efetivas. A incapacidade de adoção de uma única forma de regionalização por todas essas unidades administrativas acaba gerando problemas

em diversas áreas, principalmente na promoção do desenvolvimento regional.

Desenvolvimento regional, conforme a definição de Boisier (2000, p.160), é um processo de mudança estrutural localizado, balizado em três pilares fundamentais: o "progresso" da própria região, entendido como a transformação sistemática do território regional em um sujeito coletivo; o "progresso" da comunidade ou sociedade que a habita, como um processo de fortalecimento da sociedade civil; e o "progresso" de cada indivíduo, membro da referida sociedade, a partir da remoção das barreiras que o impeçam de alcançar suas realizações.

Para promover um desenvolvimento desse tipo, Etges (2001) afirma que é preciso ater-se "à dimensão horizontal do processo", isto é, "conhecer em profundidade a região em questão, identificar suas potencialidades e construir instrumentos de coesão social em torno de propósitos comuns à população envolvida". Além disso, ressalta ainda que esse processo só tem validade à medida que se criam formas de representação da vontade da maioria por governos comprometidos com um modelo não vertical de desenvolvimento, incentivando a participação de todos, a fim de viabilizar uma plena gestão democrática do território.

No caso do Estado do Rio Grande do Sul, preocupações dessa natureza implicaram a criação de mecanismos pioneiros. Os principais exemplos dessa tentativa de democratização da gestão de territórios (a despeito das variadas regionalizações) enquanto uma forma de promoção de desenvolvimento regional são os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES) e o Orçamento Participativo (OP).

Os COREDES foram criados em 1994 com o objetivo principal de "promover o desenvolvimento regional, compatibilizando competitividade, equidade e sustentabilidade" (COREDE, Pró-RS II, 2002,

p.24). Atualmente, são 24 núcleos regionais em todo o Rio Grande do Sul. Neles, as prioridades de cada região são definidas por meio de eleições, abertas à participação voluntária da população, e que tem o poder de decisão sobre a destinação de parte (ainda que pequena) da verba orçamentária estadual. Trata-se, sem dúvida, de um esforço no sentido de fomentar a participação das comunidades regionais no desencadeamento do processo de desenvolvimento.

O papel dos COREDES tem sido basicamente o de facilitar a percepção das afinidades de cada região, bem como construir elos, ou pontes entre seus diferentes segmentos sociais. Os COREDES têm como propósito ainda serem instrumentos de promoção de capital social, à medida que: Pode-se perceber, em vários dos princípios dos COREDES, a preocupação de promover atitudes cooperativas entre os atores sociais, políticos e econômicos das regiões, bem como entre eles e as instâncias da administração pública, favorecendo a identificação de consensos e minimizando os potenciais efeitos negativos das divergências que possam existir entre esses atores (PRÓ-RS II 2002, p.26).

O trecho acima acusa, sem dúvida, uma tentativa de possibilitar o surgimento de redes de relações horizontais e anti-hierarquizadas, capazes suscitar a ascensão da confiança, do associativismo e do civismo entre os habitantes de determinada região. Conforme Moraes (2003, p.134), a constituição dos COREDES pode contribuir exatamente para isto, no sentido de que permite a participação dos atores sociais, “fortalecendo as sinergias e possibilitando o controle das políticas públicas e a abertura de novos campos de ação dentro da esfera governamental”.

Uma proposta semelhante de descentralização das decisões políticas ocorreu através do Orçamento Participativo (OP) estadual, criado

em 1999. Klarmann (1999b, p.34) lembra que houve um acordo entre o governo do Estado e os COREDES, incorporando ao OP a mesma delimitação regional dos Conselhos. Apesar disso, as atividades e os procedimentos entre os COREDES e o OP Estadual “não se fundiram, caminhando muitas vezes de forma paralela e conflituosa”.

Ambas as iniciativas, por seu pioneirismo na democratização da gestão do desenvolvimento regional, têm seus méritos. Teoricamente, deveriam implicar todos os processos anteriormente assinalados. Porém, na prática, os dois modelos apresentam deficiências graves. No caso dos COREDES, apenas uma ínfima parcela dos recursos estaduais são disponibilizados para votação – o desenvolvimento regional ainda é, em última instância, conduzido de maneira verticalizada. Além disso, em ambos os casos, a participação das comunidades, quando não induzida por terceiros, mostra-se escassa. Essas constatações, no entanto, não invalidam as iniciativas gaúchas de descentralização do desenvolvimento, pelo contrário. Cabe agora aperfeiçoar este modelo.

#### **4. A agricultura familiar no contexto da região do Vale do Rio Pardo**

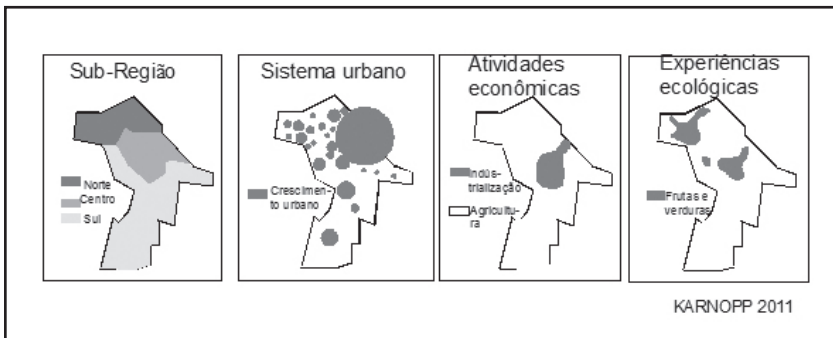
A Região do Vale do Rio Pardo tem sua base econômica na produção e no beneficiamento do tabaco. Entretanto, esta atividade não se encontra equitativamente distribuída entre os municípios da região em decorrência do processo de formação e das características socioculturais, políticas e econômicas que marcam esse processo. Com aproximadamente 40% de sua população vivendo e trabalhando no meio rural, em pequenas unidades de produção familiares, com tamanho médio de 18ha, a região vem se defrontando com sérias consequências decorrentes do intenso uso de agrotóxicos na cultura do tabaco.

Com relação aos aspectos sócio-econômicos da Região do Vale do Rio Pardo, cabe destacar que os 25 municípios que compõem a região ocupam 5,09% da área total do Estado do Rio Grande do Sul. Cabe salientar também que a região apresenta marcante diferenciação interna, decorrente basicamente do processo de colonização e uso das terras. Isto faz com que a variação de taxas referentes a concentração fundiária, densidade demográfica, taxa de urbanização, entre outros índices, seja muito significativa dentro da região.

Ao observar o processo de formação da região do Vale do Rio Pardo e suas características socioculturais, políticas e econômicas, pode-se identificar a existência, atualmente, de três sub-regiões dentro da Região: a) Norte: área de predomínio da pequena e média propriedade, com sérios problemas relacionados a alternativas econômicas que possibilitem a (re)produção do minifúndio. b) Centro: constituída de pequenas propriedades é marcada pelo pólo industrial e comercial de Santa Cruz do Sul e cidades vizinhas. c) Sul: área abrangida por médias e grandes propriedades, com o predomínio das atividades agropastoris, voltadas principalmente à pecuária e orizicultura. A densidade demográfica nas áreas rurais é pequena, típica de regiões de latifúndios.

Deve-se, entretanto, levar em conta que a população encontra-se desigualmente distribuída, concentrando-se predominantemente no centro da região, ou seja, na porção mais industrializada, que abrange os municípios de Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires, Vera Cruz e Rio Pardo, formando o Complexo Fumageiro da Região. O município de Sobradinho, mesmo não possuindo potencial industrial, também tem uma densidade demográfica relativamente alta, decorrente de sua condição de subcentro regional.

**Figura 3 - Estrutura espacial da região do Vale do Ri Pardo**



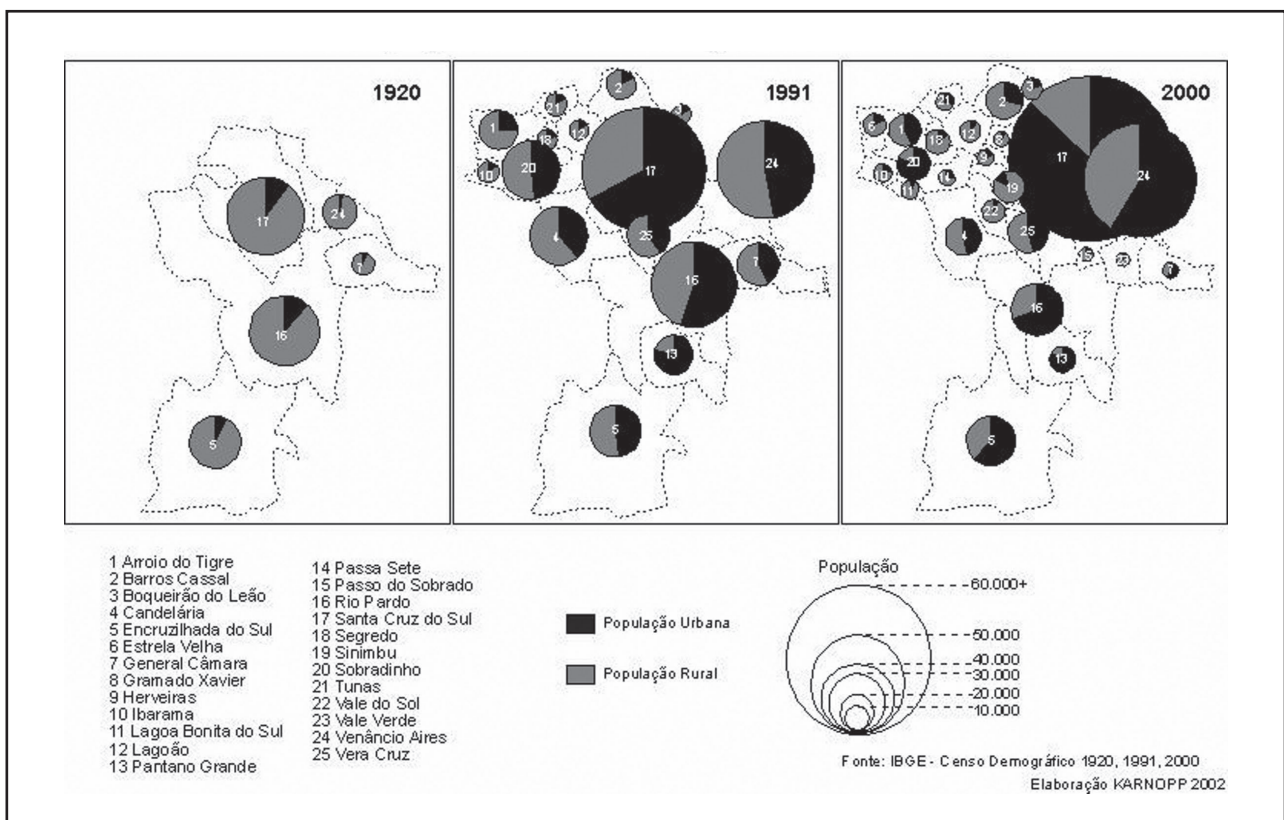
Na região as experiências para o desenvolvimento de uma agricultura sustentável ainda são bastante incipientes, tendo em vista que a produção do tabaco ainda confere a continuidade do desenvolvimento de uma agricultura familiar baseado nos princípios formatados pela “Revolução Verde”. A transição da agricultura convencional para a orgânica norteia-se num processo gradual de mudança, através do tempo, nas formas de manejo dos agroecossistemas, tendo como meta

a passagem de um modelo agroquímico de produção a um modelo ou estilo de agricultura que incorporem princípios, métodos e tecnologias com base ecológica. O processo de produção do tabaco – plantio, comercialização e industrialização – é controlado pelas empresas multinacionais. Na economia da maior parte dos municípios da região do Vale do Rio Pardo o tabaco é o produto mais importante, mas o retorno gerado pelo beneficiamento e exportação do tabaco só se realiza nos municípios

que sediam as multinacionais. Estes municípios se beneficiam dos impostos sobre o tabaco, aumentando a disparidade econômica entre os municípios que não se beneficiam da industrialização, os quais são meros produtores de tabaco. Decisivamente as corporações multinacionais têm um grande impacto na estrutura sócio-econômica regional.

Quanto ao processo de urbanização, não se observa uma uniformidade regional. Enquanto que alguns municípios apresentam uma taxa de urbanização muito baixa, na ordem de 6%, outros municípios, como Santa Cruz do Sul, apresentam taxas superiores a 80%. Em relação a Santa Cruz do Sul, isto deve-se pela sua condição de principal centro industrial da região. O processo de industrialização, no entanto, foi responsável pela intensa migração rural-urbana, bem como pelas migrações intra-regionais, que tinham e continuam tendo a cidade de Santa Cruz do Sul como destino (Figura 4).

**Figura 4 - Crescimento populacional na Região do Vale do Rio Pardo**



“  
**A análise propiciou concluir que o processo de cultivo orgânico da agricultura consiste na introdução de novas práticas, mais respeitadas com o ambiente, em sintonia com o novo paradigma da sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável. Dentro deste processo, a agricultura de base orgânica tem se convertido em uma via utilizada...**  
 ”

Com o intuito de aprofundar a análise sobre agroecologia na região do Vale do Rio Pardo, buscou-se estudar propriedades agrícolas associadas a cooperativas ecológicas: a ECOVALE (Cooperativa Ecológica Regional de Agricultores Familiares Ecologistas), localizada no município de Santa Cruz do Sul e a Cooperativa COAGRICEL (Cooperativa Agrícola Ecológica), localizada no município de Sobradinho. Ao analisar ambas as cooperativas, diferentes percepções podem ser evidenciadas através de um estudo comparativo. O estudo demonstrou, sobretudo, a importância dada ao cultivo orgânico nas propriedades rurais familiares.

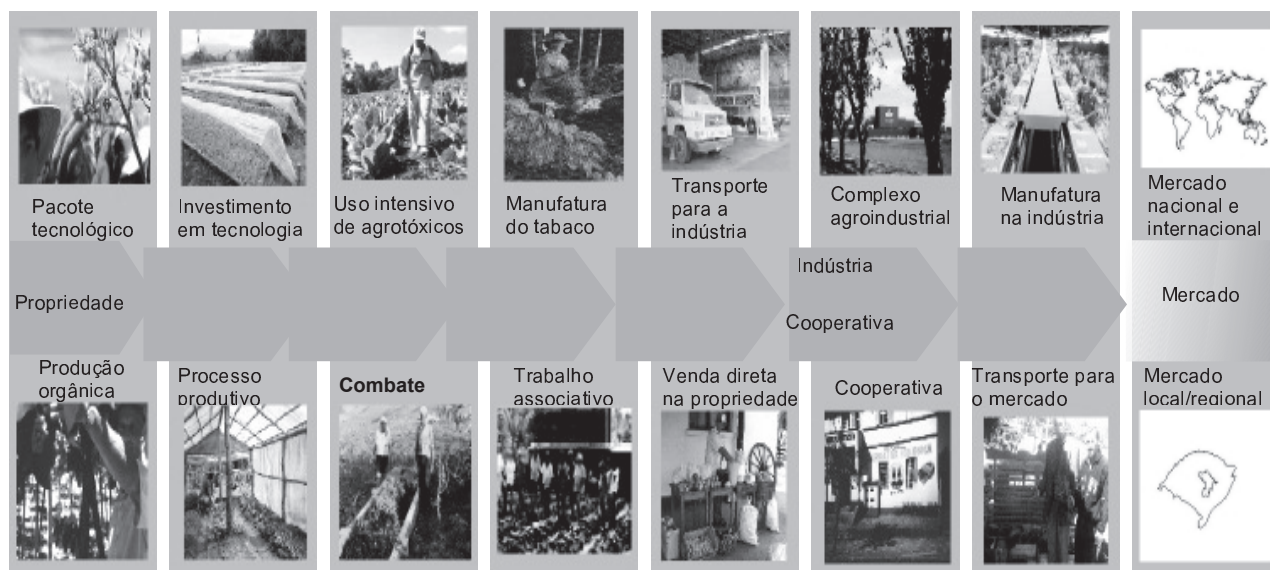
A análise propiciou concluir que o processo de cultivo orgânico da agricultura consiste na introdução de novas práticas, mais respeitadas com o ambiente, em sintonia com o novo paradigma da sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável. Dentro deste processo, a agricultura de base orgânica tem se convertido em uma via utilizada por agricultores familiares para fazer frente à exclusão econômica e social e à deterioração ambiental, utilizando-se distintas formas associativas. Neste trabalho, se analisa o papel do associativismo

como uma das formas de ação coletiva utilizada por agricultores familiares para pôr em marcha projetos de agricultura orgânica.

Tomando-se como referência empírica algumas experiências associativas de agricultura ecológica no Rio Grande do Sul (COSTABEBER, 1998), conclui-se, em primeiro lugar, que o associativismo vem sendo utilizado por agricultores familiares para enfrentar problemas que surgem ao introduzirem-se novas práticas agrícolas e de gestão de suas propriedades, problemas estes que não podem ser solucionados pela via da ação individual. Em segundo lugar, a ação coletiva se converte em motor de dito processo, já que graças a ela os agricultores familiares encontram condições de evoluir em direção a estágios mais avançados de sustentabilidade.

Atualmente o modelo de produção agrícola denominada agricultura convencional, significa agricultura de fertilizantes artificiais, herbicidas, pesticidas, além de criação animal de forma intensiva, vive um período de crise por mostrar-se uma atividade altamente insustentável. Insustentável porque é degradante ao meio e depende de altos *inputs* energéticos, de insumos externos, com custos elevados e sérios reflexos sociais.

**Figura 6 - Síntese dos fluxos industrial e cooperativado**



KARNOPP 2011



“  
*As experiências analisadas neste estudo podem ser divididas em dois grupos: de um lado há uma minoria de agricultores da região Centro-Serra (parte Norte do Vale do Rio Pardo) que decidiu...*  
”

Segundo (GLIESSMAN, 2000), a transição da agricultura convencional para a agricultura de base ecológica não é um processo fácil. Por este motivo a agroecologia sugere três fases de transição:

1ª fase - Racionalização do uso dos insumos convencionais.

2ª fase – Substituição dos insumos convencionais por insumos aceitos na agricultura orgânica (substituir agrotóxicos por caldas, extratos de plantas ou inseticidas e fungicidas biológicos; substituir adubos químicos por composto orgânico e/ou por adubação verde, entre outros).

3ª fase – Redesenho da propriedade – Plantios consorciados, rotação de culturas, atividades agrofloretais, diversificação de atividades – isto fará com que as culturas tenham menos ataques de pragas e doenças e a produtividade melhorará significativamente.

Com o objetivo de divulgar os estudos de caso das duas cooperativas mencionadas, os quais foram usados para detalhar e aprofundar a análise a respeito do desenvolvimento da agricultura orgânica na região do Vale do Rio Pardo, alguns comentários em relação ao surgimento e filosofia das cooperativas ecológicas são necessários:

– Em ambos os casos houve um acréscimo significativo de

associados nas cooperativas. Os agricultores associados das cooperativas já tinham uma conscientização sobre a importância da produção orgânica.

- Os associados de ambas cooperativas também usam o método convencional de cultivo, principalmente nas lavouras de fumo. Devido ao rápido acréscimo de associados nas cooperativas, isto redundou em conflitos internos entre os membros. Desta forma torna-se cada vez mais difícil unificar os interesses dos membros nas cooperativas. A COAGRICEL tinha 110 famílias associadas e a ECOVALE 81 famílias.
- As experiências analisadas neste estudo podem ser divididas em dois grupos: de um lado há uma minoria de agricultores da região Centro-Serra (parte Norte do Vale do Rio Pardo) que decidiu deixar de cultivar tabaco. Eles cultivam frutas e verduras através do manejo orgânico como principal fonte de renda. Conquistaram, independentemente da COAGRICEL, seu próprio mercado. De outro lado, encontra-se a maioria dos associados da mesma cooperativa que ainda dependem do cultivo do tabaco como principal fonte de renda, os quais encontraram muitos problemas na realização do cultivo orgânico, bem como dificuldades em relação às estratégias de marketing para a comercialização dos seus produtos.
- Tendo em vista que a maioria dos agricultores não consegue abandonar a produção de tabaco por razões econômicas, a produção orgânica fica marginalizada e os agricultores correm riscos de não encontrarem um mercado garantido para os produtos orgânicos. A maioria dos agricultores, também associados às cooperativas, pensa

que o fumo é e continuará sendo um produto que sempre terá mercado garantido. Nesse sentido o aumento da produção orgânica é bastante restrito uma vez que ainda não se dispõe de um mercado garantido para a comercialização dos produtos. Conclusivamente, a produção orgânica permanece sendo uma alternativa, enquanto uma renda adicional à cultura do tabaco.

- Para outros membros, a procura de alternativas se dá em decorrência do uso constante e agressivo de agrotóxicos nas lavouras de fumo. No entanto, sentem que não podem abandonar totalmente o fumo para dedicar-se ao plantio orgânico de frutas e verduras. Nota-se, portanto, nessas propriedades uma grande contradição: por um lado, os agricultores produzem fumo, usando produtos químicos e agrotóxicos de alto risco para a saúde e o meio ambiente e, por outro, produzem produtos que são totalmente livres de produtos químicos. Estes agricultores consideram-se estar num processo transição da agricultura convencional para a orgânica.
- A implementação de uma agricultura exclusivamente orgânica poderá ser viabilizada na medida em que se tornar mais rentável que a produção convencional do tabaco.
- Um aspecto que diferencia as duas cooperativas analisadas e suas estratégias econômicas, é o seguinte: a COAGRICEL tem como filosofia o repasse do conhecimento orgânico/ecológico enquanto que a ECOVALE dá muito mais ênfase ao aspecto da conscientização ecológica.
- Os resultados deste trabalho também mostram que a iniciativa de produzir através do manejo orgânico não partiu

da iniciativa dos agricultores. Em ambos os casos eles foram influenciados por representantes de organizações não governamentais e EMATER, os quais têm um interesse forte em promover o cultivo orgânico.

- É importante destacar que a opção pela produção orgânica é feita por agricultores que se encontram numa posição social intermediária, ou seja, em transição, e não por agricultores excluídos e marginalizados. Sobretudo, são os agricultores que não alcançam os padrões do que é considerado "moderno" pelos padrões da agricultura convencional, mas tiram vantagem da condição sócio-econômica existente para transitar para um método de produção diferenciado.
- Os dados analisados mostram que uma alternativa para a agricultura familiar é a diversificação da produção para o consumo próprio aliado ao mercado. Aparentemente, a mão-de-obra pode ser melhor aproveitada durante o ano todo e permite que um maior número de pessoas do grupo familiar trabalhem na propriedade.
- Neste contexto, pode-se dizer que os métodos orgânicos utilizados, bem como as ações coletivas seguem uma lógica que põe em primeiro plano a melhoria da situação financeira do grupo familiar.

A partir do exposto, algumas questões podem ser levantadas em um contexto regional: como se manifestam as mudanças na agricultura do Vale do Rio Pardo e quais os efeitos que elas têm em outras regiões? É possível a coexistência da agricultura convencional e orgânica na região?

A partir da análise regional do Vale do Rio Pardo, foram desenvolvidos três cenários: o cenário A – continuidade das tendências atuais; o cenário B – Região Agroecológica; o cenário C – alternativas:

“  
**A eficácia e o sucesso de um desenvolvimento sustentável dependerão não somente de condições de produção, marketing e organização, mas, sobretudo do compromisso dos agricultores.**  
”

- O Cenário A – Continuidade das tendências atuais – supõe que os atuais métodos de produção possam se expandir através do cultivo do tabaco. O uso de produtos químicos e a especialização de cultivos modernos permitem o uso mais intensivo da terra.
- O Cenário B – Região Agroecológica – mostra a intensidade do desenvolvimento baseado na agroecologia.
- O Cenário C – Alternativo – alternativas emanam de uma coexistência da agricultura convencional e orgânica. A sociedade se move em direção a um futuro alternativo. Isto significa o caminho para a consciência ecológica. Isto levará a outros estilos de vida. Este cenário poderá ser uma solução realista para a região.

Por fim, a agricultura orgânica pode oferecer múltiplas soluções aos problemas de meio ambiente, econômicos e sociais. A eficácia e o sucesso de um desenvolvimento sustentável dependerão não somente de condições de produção, marketing e organização, mas, sobretudo do compromisso dos agricultores.

Com o objetivo de assegurar um desenvolvimento independente e duradouro nas áreas rurais muito terá que ser feito.

## **5. Dinamizando a produção orgânica na região do Vale do Rio Pardo**

Para melhor e dinamizar ainda mais as experiências agroecológicas regionais, deve-se melhorar a infraestrutura e organização das experiências já em curso, assim como, criar estímulos para que elas possam ser desenvolvidas, nos municípios onde ainda não existem. Esta é uma tarefa com um alto grau de complexidade, pois para a implantação e consolidação de uma nova matriz de produção, é necessário (re) pensar a organização dos produtores, as formas associativas, a assistência técnica, os canais de distribuição e comercialização, assim como as estratégias de *marketing* e de divulgação.

Nesta perspectiva, para que sejam viabilizadas novas formas de desenvolvimento da agroecologia na região, devem ser fomentadas políticas de parceria e de associativismo, tanto entre agricultores (pois as experiências encontradas mostram que a comercialização e beneficiamento da produção são feitos de forma associativa, em grupos formados a partir do interesse de cada um de seus membros), quanto entre os agentes promotores desta prática (associações comunitárias, sindicatos, organismos governamentais e não governamentais, dentre outros). É a partir da união dos esforços destes agentes que poderá se obter acesso a crédito, técnicas adequadas e mercado consumidor.

Uma dificuldade que se constata quando se procuram inovações e novas formas de produção no meio rural é a situação de apatia em que muitos produtores familiares se encontram, pois os pacotes tecnológicos introduzidos principalmente na cultura do tabaco, com o tempo, passam a "facilitar" o trabalho do agricultor. Assim, ele recebe um modelo de

produção pronto, que não requer sua participação.

A comercialização da produção adotada na fumicultura gera os chamados “contratos de parceria”, em que a produção da família rural já possui um comprador certo, fazendo com que o agricultor não tenha de preocupar-se com a comercialização de seu produto. Isso prejudica a introdução de novas culturas, como as agroecológicas, pois os produtores muitas vezes estão desacostumados a enfrentar um mercado instável, uma vez que a “facilidade” da garantia da compra da produção pelas empresas transnacionais do tabaco acaba por inibir a iniciativa destes produtores, na busca de novos mercados para seus produtos.

## 6. Conclusões

Tendo em vista o atual quadro de impactos ambientais e de problemas sociais, a partir da década de 1970, os resultados da aplicação das estratégias convencionais de desenvolvimento já começavam a se mostrar insuficientes para dar conta das crescentes condições de desigualdades e de exclusão social. A transição de uma agricultura convencional para uma agricultura orgânica (sustentável) norteia-se para um processo gradual de mudança, através do tempo, nas formas de manejo dos agroecossistemas, tendo como meta a passagem de um modelo agroquímico de produção a um modelo ou estilo de agricultura que incorporem princípios, métodos e tecnologias.

A ideia de base ecológica se refere a um processo de evolução contínua, multilinear e crescente no tempo, porém sem ter um momento final determinado. Por se tratar de um processo social, isto é, por depender da intervenção e da interação humana, a transição agroecológica implica não somente a busca de uma maior racionalização econômico-produtiva com base nas especificidades biofísicas de cada ecossistema, mas também uma mudança nas atitudes e valores dos atores sociais em relação ao manejo

“  
*Durante muitos anos, esta perspectiva de desenvolvimento vem norteando as ações de muitas administrações federal, estaduais e municipais, mas é hoje a realidade de um número quase insignificante de municípios.*”

e conservação dos recursos naturais. Por incluir considerações de natureza diversa (econômica, cultural, social, política, ambiental, entre outras), o processo de transição agroecológica não dispensa o progresso técnico e o avanço do conhecimento científico (COSTABEBER, 1998).

Percebe-se que o desenvolvimento de estados e pequenos municípios baseados apenas no setor urbano/industrial está falido. O falso sonho de atrair médias e grandes indústrias para as pequenas e médias cidades, apostando todos os recursos públicos, buscando gerar empregos e aumento da arrecadação fiscal está cada vez mais difícil de concretizar. Durante muitos anos, esta perspectiva de desenvolvimento vem norteando as ações de muitas administrações federal, estaduais e municipais, mas é hoje a realidade de um número quase que insignificante de municípios.

Segundo dados da FAO/INCRA, a agricultura familiar emprega, no Brasil, cerca de 80% das pessoas que trabalham na área rural, representando cerca de 18% do total da população economicamente ativa. Além disso, a geração de um emprego no campo, principalmente na agricultura familiar, representa custo bem mais baixo que a geração de um em-

prego nas atividades urbanas. Também é responsável pela produção de 80% dos alimentos consumidos no Brasil. Os agricultores familiares, portanto, compõem um importante segmento produtivo, ocupando uma área de 25% das terras agrícolas do Brasil. Ainda segundo dados da FAO/INCRA, há no país, 7 milhões de estabelecimentos rurais. Destes estabelecimentos, 6,5 milhões são ocupados por agricultores familiares, com mais de ¾ da população rural (FAO/INCRA 2011).

Com o incentivo à agricultura, dinamiza-se o desenvolvimento nos outros setores econômicos. Estabelecer um projeto de desenvolvimento municipal ou mesmo regional, baseado na agricultura familiar sustentável não é apenas uma proposta política para o setor rural, é uma necessidade e uma condição de fortalecimento da economia de um grande número de municípios brasileiros. É o desenvolvimento com distribuição de renda no setor rural que viabiliza e sustenta o desenvolvimento do setor urbano.

A agricultura familiar é também a base para o fortalecimento da sociedade civil na área rural. Somente a agricultura familiar pode formar uma grande rede das mais diversas formas associativas que irão consolidar a democratização e a participação da população rural, construindo cidadania no campo (FETAG 2002).

A busca de desenvolvimento e de uma agricultura sustentável exige uma nova postura e um novo tipo de atuação da sociedade. Portanto, é preciso reconhecer que entre os agricultores e suas famílias existe um saber, um conjunto de conhecimentos que são fundamentais para o desenvolvimento regional. Disso resulta que toda a ação deve ser capaz de contribuir para a integração dos diferentes saberes, buscando a construção social de conhecimentos adequados para o desenvolvimento dos potenciais agrícolas de cada ecossistema e dos potenciais de desenvolvimento sustentável presentes

em cada comunidade. [...] Devem ser criadas estruturas que possibilitem o surgimento de consciência ecológica e responsabilidade social dos atores com referência aos seus espaços de vida, transformando as suas ações imediatas em estratégias duradouras e adaptadas às condições físicas, sócio-econômicas e culturais [...] conferir Coy e Neuburger, (1996).

No caso da região do Vale do Rio Pardo, constatam-se incipientes experiências agroecológicas que podem ser caracterizadas como alternativas à produção do tabaco. Esta produção garante a continuidade do desenvolvimento regional baseado nos princípios de uma agricultura "moderna". As experiências agroecológicas na região, porém, ainda carecem do engajamento da sociedade como um todo, o que as tornam vulneráveis frente ao contexto sócio-econômico regional atual.

De forma geral os agricultores familiares do Vale do Rio Pardo necessitam compatibilizar diversos fatores buscando ajustar-se às demandas de um mercado globalizado que estabelece crescentes exigências que dizem respeito à eficiência produtiva, técnica, qualidade e, mais recentemente, à preservação ambiental. Com exceção do aspecto ambiental, o tabaco ainda tem sido o fio condutor que atende aos requisitos mencionados e que imprime identidade à região.

## Referências

ALMEIDA, Jalcione. Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA, J. NAVARRO, Z. (Org.) *Reconstruindo a agricultura*: Idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1997, p.33-55.

ALTIERI, M., MASERA, O. Desenvolvimento rural sustentável na América Latina: Construindo de baixo para cima. In: ALMEIDA, J. e NAVARRO, Z. (Org.) *Reconstruindo a agricultura*: Idéias

e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1997, p.72-105.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagem pela província do Rio Grande do Sul*. Trad. Teodoro Cabral. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980. p.161- 188.

BEZERRA, Maria do Carmo Lima, VEGA, José Eli da (Coord.). *Agricultura Sustentável*. MMA; IBAMA; Consórcio Museu Emílio Goeldi. 2000, 190 p.

CAPORAL, Francisco Roberto, COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável: Perspectivas de uma nova Extensão Rural. In: ETGES, Virgínia Elisabeta (Org.) *Desenvolvimento Rural*: Potencialidades em questão. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001. P . 19 – 52.

CAPORAL, Francisco, COSTABEBER, José. *Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova extensão rural*. Porto Alegre: EMATER/ASCAR, v.1, n.1, jan./mar. 2000.

CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO RIO PARDO – COREDE. *Plano Estratégico de Desenvolvimento do Vale do Rio Pardo – Caracterização da Região*. 1ª parte. Santa Cruz do sul: EDUNISC, 1998.

COSTABEBER, J. A. *Acción colectiva y procesos de transición agroecológica en Rio Grande do Sul, Brasil*. Córdoba, 1998. 422p. Tese (Doctorado en Agroecología) - Programa de Doctorado en Agroecología, Campesinado e Historia, ISEC-ETSIAN, Universidad de Córdoba, España, 1998.

COY, M., NEUBURGER, M. *As frentes pioneiras na Amazônia brasileira entre globalização e sustentabilidade*. In: CEHU - Centro de Estudios Alexander von Humbolt (Hrsg.): *Primer Encuentro Internacional Humboldt*; Buenos Aires (CD-Rom).

ETGES, Virgínia Elisabeta. *Geografia Agrária: a contribuição de Leo Waibel*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000. 226 p.

ETGES, Virgínia E. *Sujeição e resistência: os camponeses gaúchos e a indústria do fumo*. Santa Cruz do Sul: FISC, 1991.

ETGES, Virgínia E. *Desenvolvimento Rural: potencialidades em questão*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

GLIESMANN, Stephen R. *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2000.

KARNOPP, Erica. *Kleinbauern zwischen konventioneller und ökologischer Landwirtschaft: das Beispiel der Region Vale do Rio Pardo (Brasilien)*. 2004. Tese (Doutorado) Tübingen, 2004.

KLARMANN, Herbert. A delimitação territorial da ação pública no Rio Grande do Sul: contribuição para o debate. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 9. 2001, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro, v. 1, 2001.

KLARMANN, Herbert. *Região e Identidade Regional: um estudo da espacialização e representatividade regional no Vale do Rio Pardo*. 1999. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade de Santa Cruz, 1999.

NÚCLEO DE ESTUDOS E TÉCNICAS EM GESTÃO – NUTEP/UFRGS. *Informações Sócio-econômicas do Estado do Rio Grande do Sul*. Disponível em: <<http://nutep.adm.ufrgs.br>> . Acesso em: 21 de jan. 2002.

SACHS, Ignacy. *Ecodesenvolvimento – crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice, 1986. Tradução de Eneida Araújo.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993. p. 35-49.

SINDICATO DA INDÚSTRIA DO FUMO – SINDIFUMO. *A agroindústria do fumo no sul do Brasil*. Santa Cruz do Sul: SINDIFUMO, 2000. 16 p.